



# A Nova Câmara

30 anos do  
Palácio Aloísio  
Filho





# Apresentação

A instalação do poder Legislativo em seu prédio próprio, na Avenida Loureiro da Silva, tem uma longa história e um duplo significado. Sua história remonta à trajetória do Legislativo, que, desde o século XIX, conheceu inúmeras sedes. Seu significado, por um lado, fixou a Câmara definitivamente na geografia da cidade, após anos de itinerância. Por outro, ofereceu as condições modernas para o exercício da cidadania na Capital.

Em 1º de maio de 1986, foi inaugurado o Palácio Aloísio Filho, possibilitando o acesso e a manifestação da comunidade no parlamento em novas condições. A exposição “A Nova Câmara: 30 anos do Palácio Aloísio Filho” resgata a história de uma construção, sua ocupação e as transformações no parlamento da cidade nas últimas três décadas e mostra que, graças às novas condições de trabalho, o Legislativo conseguiu cumprir suas funções com transparência, equidade e democracia. Conheça a história de uma construção para conhecer as mudanças de uma geração política na cidade.

## CRÉDITOS

### Concepção

Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre

### Pesquisa e criação:

Jorge Barcellos

### Reproduções:

Acervo do Memorial da CMPA

### Fotografias

Laboratório Fotográfico da CMPA

### Fontes de Pesquisa

Pequena História da CMPA, de Liana Bach Martins  
Proposta de Ampliação da Sede da Câmara Municipal  
de Porto Alegre, de Paulo Demingos  
Hemeroteca do Arquivo Moysés Velinho

### Agradecimentos

Claudete Barcellos





# Um palácio para o Legislativo



Diversas sedes do parlamento. No sentido horário: Palácio Provincial, Prefeitura Velha, Câmara Velha (à direita) Prefeitura Nova.

Ao longo de sua história, o parlamento municipal de Porto Alegre ocupou diversos espaços. Do período colonial ao final do império, era menor, com bem menos vereadores, ocupando locais alugados. Os vereadores tinham funções diversas, não apenas fazendo leis, mas exercendo atribuições de poder Executivo, determinando a abertura de ruas e fiscalizando os armazéns, por exemplo. O pouco número de edis e servidores não exigia uma sede maior, e a população tomava conhecimento das decisões por editais publicados em praça pública. A cidade, com muito menos habitantes do que hoje, possuía demandas básicas de urbanização e atenção aos serviços básicos.

O Legislativo de Porto Alegre, nesse período e já na República, passou por espaços como o prédio da Assembleia Provincial, a Prefeitura Velha, a Casa da Câmara e da Junta Criminal (na Praça da Matriz) e a Prefeitura Nova, até ser transferido para o Centro Municipal de Cultura e após para o Palácio Aloísio Filho.





# O arquiteto do Palácio



Retrato de Claudio L. G. Araújo, aquarela sobre papel Fabriano, Carlos Mancuso, cerca de 1957.  
Fonte: Acervo Família Araújo



ARQ. CLAUDIO ARAÚJO

Acima, ao centro: Araújo e colegas da Faculdade de Arquitetura e Engenharia. Da esquerda para para direita, Luiz Carlos Cunha, Araújo, Nestor Mantese, Flávio Pasquali, Zeno Giacomelli, Maurício Nogueira Lima, Radomsky Schwantz e Nelson Souza. Início dos anos 1950. Foto: Nestor Nadrus, Acervo Araújo. Acima: Araújo na inauguração da Av. Carlos Maximiliano Fayet, 2009, Porto Alegre. Foto Sergio Marques, 2009.

Cláudio Luis Gomes Araújo nasceu em Pelotas em 1931. Arquiteto graduado pela UFRGS, onde foi professor entre 1959 e 1968, também lecionou na Universidade Ritter dos Reis, foi presidente do IAB-RS e autor de inúmeros projetos de arquitetura moderna no Rio Grande do Sul. Entre seus trabalhos, estão a Refinaria Alberto Pasqualini, a Casa Copstein e o prédio da Câmara Municipal de Porto Alegre. Sua arquitetura modernista pode ser vista também em diversas obras que se tornaram referência no Estado, como o Edifício Pioneiro e a Casa Lauro Borges, onde cresce a abstração no projeto arquitetônico e valoriza-se a desmaterialização de volumes e telhados. Essa vertente da arquitetura colaborou com a criação de projetos de natureza industrial que ficaram famosos no país.



Acima: detalhe do estado geral da obra da Câmara Municipal. Abaixo, Visões do prédio. Abaixo, à direita, destaque para a faixa em defesa da reforma agrária.



O Palácio Aloísio Filho é um projeto do arquiteto Cláudio Araújo datado dos primórdios dos anos 70. Escolhido por meio de concurso da Secretaria Municipal de Obras e Viação, então dirigida por Moacyr Moojen Marques, o prédio ganhou a denominação do vereador que acompanhou sua construção. Seu projeto original, contudo, previa o uso da área total como centro administrativo da Capital, com inúmeros prédios para abrigar as secretarias municipais. O Palácio exibe sistema modular rigoroso, de edifício quarteirão, seguindo o modelo proposto por Le Corbusier, com planta quadrada, *brise-soleils* de concreto e divisão que marca o segundo piso como área nobre, destinada ao plenário e aos gabinetes dos vereadores.





# O estopim da mudança

**O PRÉDIO FOI UMA RATOEIRA**

**UM INCÊNDIO DESTRÓI PLENÁRIO DA CÂMARA**

Após o incêndio que destruiu o plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre, os vereadores se reuniram no Centro Municipal de Cultura para discutir o futuro do Legislativo. A imagem mostra uma reunião em um ambiente provisório.

**AVISO**

A Câmara Municipal de Porto Alegre, por meio de seu presidente, André Forster, comunicou aos servidores que a sessão ordinária de 19 de julho de 1979 será realizada no Centro Municipal de Cultura, na Avenida Erico Veríssimo, 1000, às 14h30min.

**COMO**

Abandonado o prédio da Câmara Municipal de Porto Alegre, os vereadores se reuniram no Centro Municipal de Cultura para discutir o futuro do Legislativo.

**Ainda desconhecidas causas do fogo na Câmara de Vereadores**

Investigação sobre o incêndio que destruiu o plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre está em andamento. As causas do fogo ainda não foram determinadas.

Ao lado e acima: incêndio do Legislativo repercute na Capital.

**AS OBRAS DE RECUPERAÇÃO DA CÂMARA**

Trabalhos de recuperação do prédio da Câmara Municipal de Porto Alegre estão em andamento. O projeto prevê a restauração do edifício histórico.

## EM 10 MESES, CÂMARA PODE MUDAR PARA O NOVO PRÉDIO

F.M. 19.7.79

Depois de dez meses a Câmara de Vereadores, funcionando provisoriamente no Edifício José Montauri, devido ao incêndio ocorrido em abril passado, poderá transferir-se para sua nova sede na Avenida Erico Veríssimo, com todas as instalações e serviços necessários. Deixou o prédio Guilherme Garcia Villela, na sua viagem a Brasília, obter junto à Câmara Municipal Federal, o termo de Pronta Assistência Especial, um empréstimo de Cr\$ 20 milhões e 400 mil.



Este salão foi utilizado como o novo temporário para, provisoriamente, suas obras, até onde se iniciou o processo de mudança para uma nova sede. Instalação dos vereadores no Centro Municipal de Cultura.

Em meados de 1985, depois de encerrado o expediente na Câmara Municipal de Porto Alegre, um ventilador foi esquecido ligado sobre o assento de uma cadeira no gabinete do vereador Ney Lima (PDT), iniciando-se um incêndio. Apreensivos, os servidores conclamaram os vereadores e a Mesa Diretora da Casa para uma solução de enfrentamento de riscos. Ainda estavam nas consciências de todos os incêndios ocorridos na Capital, um deles em 1979 na Câmara (veja reprodução de jornal acima).

Os debates em defesa de uma política de combate a incêndios estavam no início. Em razão disso, o presidente da Câmara, André Forster (PMDB), reuniu os servidores, que chegavam ao trabalho, na calçada do Edifício José Montaury, onde o Legislativo funcionava, e comunicou-lhes que, a partir daquela data, ninguém iria acessar mais o prédio e que a Câmara estava se transferindo para o Centro Municipal de Cultura Lupicínio Rodrigues, na Avenida Erico Veríssimo.





# A trajetória de uma geração



A inauguração do Palácio Aloísio Filho, em 17/5/1986, e as primeiras atividades na nova sede do parlamento da Capital



A primeira sessão, realizada no Plenarinho, hoje Auditório Ana Terra. Na primeira fila, a vereadora Gládis Mantelli, integrante da Mesa e coordenadora da mudança para a nova sede.

A IX Legislatura (1983-1988) era composta por 33 vereadores quando se transferiu para o Palácio Aloísio Filho. A cidade havia ultrapassado pela primeira vez o milhão de habitantes, e os vereadores que conquistaram suas vagas agrupavam-se em diferentes alas: alguns exerceram liderança em grupos diversos, como a universidade, a exemplo de André Forster e Antonio Hohlfed; outros vinham das experiências do movimento operário e popular, como Valneri Antunes, Lauro Hagemann e Jussara Cony, e havia ainda os herdeiros da política de contato tradicional com a população, como Cleom Guatimozin e Jacques Machado. Outros ingressaram no Legislativo pela proeminência em suas profissões, como os advogados Werner Becker e Nereu D'Avila e os jornalistas Mendes Ribeiro e Paulo Sant'Ana. Era uma geração que atravessou junta o período de abertura política e que viu o nascimento de novas pautas sociais, como a defesa do meio ambiente, a ascensão da mulher na política e a nova questão urbana.





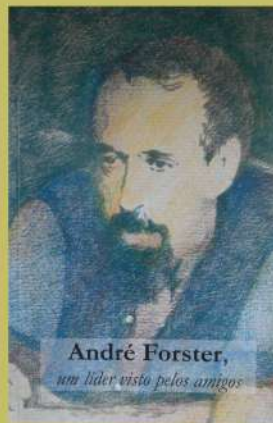
# Andre Forster



Da esquerda para a direita: Antônio Hohlfeldt, André Forster, Paulo Sant'Ana e Elzi Guimarães



André Forster. Ao lado, biografia escrita pelos amigos.



André Cecil Forster nasceu em 17 de maio de 1945, no município de Estrela (RS). Em 1964, transferiu-se para Porto Alegre, quando ingressou na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sociólogo, viveu as dificuldades do período autoritário e ajudou a criar, em 1972, o Iepes (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), que abrigou os que não tinham espaço de atuação política, desafiando a censura e a repressão da época.

Em 1982, elegeu-se vereador em Porto Alegre pelo PMDB, foi líder da bancada e assumiu o cargo de presidente da Câmara, sendo o responsável pela transferência definitiva do Legislativo para o prédio próprio que hoje ocupa. Eleito presidente do PMDB do Rio Grande do Sul, permaneceu no cargo até sua morte, em 1996. Foi também, de 1987 a 1988, superintendente da Metroplan e, de 1988 a 1989, secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul.





Acima: o prefeito Alceu Collares inaugura o novo prédio da Câmara, o Palácio Aloísio Filho. Abaixo, com sua equipe e a então secretária da Fazenda, Dilma Rousseff



Alceu de Deus Collares era o prefeito de Porto Alegre quando os vereadores mudaram-se para o Palácio Aloísio Filho, em 1º de maio de 1986, vindos do Centro Municipal de Cultura, onde passaram a trabalhar após o incêndio de 1985 nos altos do Edifício José Montaury e até que a sede atual do Legislativo pudesse ser ocupada. Nascido em Bagé, em 12 de setembro de 1927, Collares é advogado e político gaúcho. Foi governador do Rio Grande do Sul entre 1991 e 1995 e deputado federal por cinco mandatos.

Em 1964, elegeram-se pela primeira vez para o cargo de vereador. Por causa do Golpe Militar daquele ano, os partidos políticos foram extintos, criando-se o bipartidarismo. Collares filiou-se ao MDB, sigla de oposição à ditadura. Em 1981, ajudou a fundar o PDT, do qual seria líder de bancada no Congresso. Foi o primeiro prefeito de Porto Alegre após a redemocratização, governando de 1986 a 1988.





# Guilherme Socias Villela



Acima: placa atestando o prédio do legislativo como obra do Prefeito Guilherme Socias Villela. Abaixo, notícias relativas ao prédio e o Prefeito Villela, em discurso no comê para vereador de João Antonio Dó.

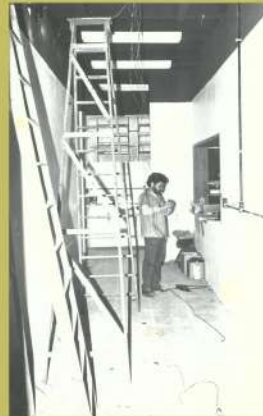


Guilherme Socias Villela nasceu em Uruguaiana em 3 de junho de 1935. Foi prefeito de Porto Alegre em dois períodos, de 1975 a 1983. Seu governo teve início quando o regime militar começava a dar lugar à abertura política. Manteve um relacionamento exemplar com a Câmara Municipal, inaugurando os Parques Marinha do Brasil e Maurício Sirotsky Sobrinho. Foi sua a ideia a venda do hortomercado no centro da Capital para viabilizar a conclusão do prédio do Legislativo municipal. Durante sua gestão foram discutidas alternativas para concluir a obra. Foi também economista do BRDE, professor da UFRGS e de pós-graduação em outras universidades. Em 2000 foi candidato a vice-prefeito de Yeda Crusius, na chapa PSDB/PPB, que ficou em terceiro lugar nas eleições. Em 2012, elegeu-se vereador em Porto Alegre com 13.574 votos.





## A dedicação dos servidores



Acima: a obra na Câmara foi demorada em virtude da grande área construída, que necessitou ser adaptada e finalizada.

A finalização da obra do Palácio Aloísio Filho não foi apenas obra da empreiteira contratada. Dezenas de funcionários da Câmara envolveram-se diretamente nos trabalhos de conclusão do prédio. Funcionários dos setores de obras, serviços gerais, marcenaria e diversos outros servidores somaram-se às equipes da construtora com o objetivo de finalizar a construção mais rapidamente.

A dedicação revelava o carinho de seus servidores pela nova “Casa do Povo”. Sua dedicação ao serviço público serviu para consolidar a sociabilidade de uma geração de funcionários públicos comprometidos com as atribuições do poder Legislativo. Realizando campanhas para a pintura do prédio ou envolvendo-se diretamente na finalização da parte elétrica ou dos pisos, esses servidores ajudaram na finalização da Câmara no menor tempo possível.





## Uma provisória instalação



Acima: o Palácio Acláudio Filho recém-inaugurado e a retomada da obra.

A instalação dos vereadores e dos servidores no novo prédio da Câmara Municipal de Porto Alegre significou mudanças no plano geral da obra. Materiais foram simplificados e revestimentos nobres substituídos por funcionais, de modo a otimizar os recursos orçamentários na finalização da construção. No início, após a mudança, o prédio era ocupado parcialmente, a partir do primeiro andar, e os vereadores tinham de realizar as sessões no Plenarinho (atual Auditório Ana Terra).

Entre os desafios para a conclusão da obra, estavam a construção do Plenário Otávio Rocha, e a instalação das placas verticais externas para reduzir a insolação direta e dar uniformidade à fachada (*brises*). A mudança do plano original do arquiteto Claudio Araujo era visível na área como um todo. Antes prevista para centralizar todos os órgãos da administração municipal, transformou-se em área restrita ao poder Legislativo.





## A promulgação da Lei Orgânica



A promulgação da Lei Orgânica foi realizada na gestão do vereador Valdir Fraga, em 1990.



A Lei Orgânica equivale à Constituição Municipal, daí sua importância. Na foto, o presidente Valdir Fraga com o então governador Snyval Guazelli

Quatro anos após a instalação da Câmara em seu prédio próprio, a primeira lei de grande envergadura aprovada pelo Legislativo foi a Lei Orgânica do Município. Maior lei da cidade, disciplina os poderes municipais, subordinando-os às Constituições Estadual e Federal. Aprovada em dois turnos pela maioria de dois terços dos seus membros, foi produto da Constituição de 1988, que deu competência aos municípios elaborar e promulgar suas LOMs, ainda que o RS já fosse a exceção à regra.

Na Câmara, a Resolução 1.021 aprovou o Regimento Interno da Constituinte Municipal de 1989, quando o Legislativo era presidido pelo vereador Valdir Fraga, estabelecendo Mesa Diretora, Comissões Temáticas e Comissão de Sistematização e Plenário como seus órgãos de elaboração. Foram organizadas cinco comissões, entre elas as de Organização do Município e da Ordem Econômica, que elaboraram em 60 dias os anteprojetos de suas áreas de competência, promovendo audiências e recebimentos de sugestões da comunidade. Esse trabalho resultou em uma Lei com 254 artigos que passou a regular a vida dos cidadãos porto-alegrenses.





# O dilema do Orçamento Participativo



A criação do Orçamento Participativo colocou ao Legislativo a questão: quem representa a população?



O Orçamento Participativo, ao não ter autonomia frente ao Executivo, é capaz de competir em termos de representação?

A instituição do Orçamento Participativo (OP) afetou a organização legislativa na Capital. A partir de 1997, os vereadores encontraram dificuldades de negociar questões orçamentárias com o Executivo. A Prefeitura passou a responder aos vereadores que seus pedidos de providências fossem remetidos àquela instância, o que transformava o OP em principal órgão decisório de aplicação de verbas e enfraquecia o poder legislativo. Isso levou os vereadores a buscarem maior articulação entre os partidos de oposição, a fim de contrariar as decisões do Executivo com a derrubada de vetos.

O OP também influenciou as eleições e alianças de oposição e situação. Os candidatos eram chamados ao OP para darem satisfações de seus projetos. Mas a grande contradição estava entre o fato de o OP não ter sido institucionalizado, o que o fazia uma instituição dependente do Executivo em tensão com a Câmara, e muito vinculada ao PT, que comandava a Capital na época. Mas o Legislativo teve benefícios com a ascensão do OP, e o debate foi dinamizado. A discussão sobre se os mecanismos de representação direta complementam o sistema representativo entrou na agenda de discussões.





## O renascimento das Comissões



As Comissões Permanentes atingiram seu potencial de ação a partir dos anos 90, com pautas próprias e de repercussão social.

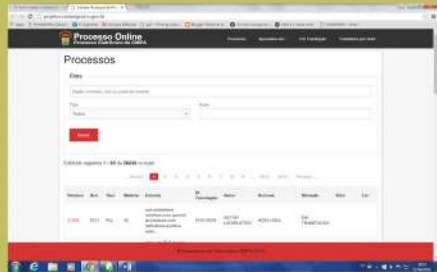


Reformas das salas das Comissões Permanentes foram realizadas para acolher melhor o público visitante.

A Lei Orgânica determinou, em seu artigo 58 e seguintes, a organização de Comissões Permanentes e Temporárias na Câmara Municipal, com representação proporcional dos partidos. Elas têm como objetivo realizar reuniões com a sociedade civil, audiências públicas, convocar secretários e dirigentes da administração pública e receber reclamações da comunidade. Mas essas funções nem sempre eram exercidas, resumindo-se à função de apreciar ou emitir pareceres sobre projetos de lei.

Esse contexto modifica-se principalmente a partir da emergência dos novos movimentos sociais dos anos 80, que levam para o Legislativo inúmeras reivindicações, e aprofunda-se nos anos 90. Além disso, a presença da população estendeu-se para as atividades promovidas pelas Comissões Permanentes e Temporárias, estas últimas envolvendo temas de grande repercussão na cidade. As Comissões Parlamentares de Inquérito também adquiriram grande visibilidade, com poderes de investigação próprios de autoridades policiais, com suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público.





A transparência é garantida pelo acesso ao conteúdo dos processos.



A Lei de Acesso à Informação já é uma realidade no site da CMAPA.



O cotidiano da Câmara Municipal é aprofundado pelas matérias do site CMAPA.



O projeto de Transparência da CMAPA já reconhecido em seu valor na área.



O Portal Transparência oferece dados em tempo real dos gastos do Legislativo.

A Câmara Municipal iniciou uma série de mudanças no campo da transparência e *accountability*, adequando-se às novas exigências de controle social feitas às organizações públicas e facilitando ao cidadão acompanhar e participar da gestão pública. Introduziu ferramentas de participação social como Audiências Públicas, Tribuna Popular, Ação Educativa e Portal Transparência, instrumentos de participação e não de meios de legitimar decisões dos agentes públicos. A ideia é não apenas "ouvir a sociedade", mas oferecer instrumentos de acesso à organização pública ao seu funcionamento para induzir debates.

A conscientização da sociedade quanto à importância da participação da população é uma ação de longo prazo, daí a importância da ação educativa e cultural na formação de novas gerações. *Accountability*, ou responsabilidade com ética nas organizações, remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados. Por esta razão, regularmente o Legislativo explica à sociedade, através de sua página na internet ou dos programas da TV Câmara, o que faz, como faz, por que faz, quanto gasta e o que vai fazer, auto-avaliando sua obra edando a conhecer se conseguiu fazer o que queria.





O futuro do Legislativo passa pela construção de um prédio anexo para dar conta da participação da sociedade. Acima, projeto vencedor do concurso.



A rampa na entrada principal da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Qual a agenda para o futuro do poder Legislativo? Entre os temas que o parlamento deverá assumir, encontra-se o protagonismo da criação de políticas públicas. Atuando na sua esfera de competência, o parlamento possui condições de direcionar as aspirações populares, através dos instrumentos que recentemente implementou para garantir o acesso e a transparência à população. Essa disponibilidade implica aumento na prestação de serviços, já visível na ocupação de seus espaços, com atividades públicas, não apenas no âmbito das comissões, como no Plenário, que centralizam a agenda da cidade e na própria cidade.

Audiências Públicas deverão ser ampliadas, bem como diversificada a agenda das sessões com temas como o Cais do Porto, que mobilizam a sociedade no parlamento. Para isso, a criação de um anexo recentemente aprovado dará condições de atendimento da sociedade no parlamento, garantindo espaço para receber a população no interior do Legislativo, e o investimento nos servidores garantirá a qualidade de seus serviços.